

HABEAS CORPUS Nº 548.749 - DF (2019/0357642-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE GOUVEIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE GOUVEIA DE OLIVEIRA - DF059079
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : M S F N (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de M S F N contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no julgamento do HC n. 0724820-12.2019.8.07.0000.

Segundo alegações, o paciente foi preso em flagrante em 3/12/2018 por ter supostamente praticado delitos tipificados nos arts. 157, *caput*, 155, § 1º, e 217-A, § 1º, todos do Código Penal (roubo simples, furto majorado e estupro de vulnerável). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva. Indeferido posterior pedido de revogação da medida.

Posteriormente, sobreveio sentença condenando o paciente à pena de 10 anos, 11 meses e 23 dias de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 28 dias-multa por incursão nos delitos de furto majorado (por duas vezes) e de estupro de vulnerável, tendo sido negado o direito de apelar em liberdade (fls. 4/5).

Irresignada, a defesa interpôs apelação, assim como impetrou o *habeas corpus* originário, que foi denegado em acórdão assim ementado (fl. 42):

HABEAS CORPUS. CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM QUE A VÍTIMA NÃO PODE OFERECER RESISTÊNCIA E FURTO (POR DUAS VEZES). SENTENÇA CONDENATÓRIA. PENA FIXADA EM 10 ANOS, 11 MESES E 23 DIAS DE RECLUSÃO. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA NO INICIAL FECHADO. PEDIDO PARA O PACIENTE APELAR EM LIBERDADE. RÉU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA CARTA DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

EXPEDIDA. ORDEM DENEGADA.

1. A jurisprudência deste Tribunal e das Cortes Superiores entende que o réu que permaneceu preso durante a instrução criminal não possui o direito de recorrer em liberdade, salvo quando o ato que originou a custódia cautelar padece de ilegalidade.

2. Negado ao paciente o direito de recorrer em liberdade com fundamento no fato de ter permanecido preso durante a instrução criminal e na subsistência dos motivos que ensejaram a conversão de sua prisão em flagrante em prisão preventiva para a garantia da ordem pública - diante da gravidade concreta dos crimes de estupro de vulnerável em que a vítima "não podia oferecer resistência em razão de estar em sono profundo, embriagada e entorpecida ", além de dois furtos, e pela reiteração delitiva cuja legalidade da decisão já fora reconhecida por esta Corte em writ anterior, não há ilegalidade a ser reparada.

3. Os motivos que ensejaram a conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva não desapareceram com a situação atual do feito que se encontra em fase de julgamento de recurso de apelação criminal, uma vez que sua liberdade ainda representa risco à ordem pública, dada a gravidade dos delitos a ele imputados e pela reiteração criminosa.

4. Ordem denegada para manter a sentença na parte em que indeferiu ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

No presente writ, o impetrante alega a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Afirma que, em razão da expedição da guia de execução provisória da pena, o paciente foi transferido do Centro de Detenção Provisória para o Presídio, o que configuraria indevida execução antecipada da pena antes do trânsito em julgado, medida contrária ao recente entendimento do Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento das Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, se for o caso mediante aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator